

Pastore: até 15 de março, o atual governo é que negocia

O presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, descartou ontem a hipótese de participação, mesmo para consultas, dos candidatos Paulo Maluf e Tancredo Neves na próxima etapa de renegociação da dívida externa brasileira — a vencer a partir de 1985 — com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e os bancos estrangeiros. “Até 14 de março de 1985, o governo Figueiredo vai fazer tudo o que tiver que fazer” — acentuou Pastore. Sem querer antecipar detalhes da próxima fase de renegociação, o presidente do Banco Central afirmou somente que o **spread** — taxa de risco — de 1,125% ao ano obtido pelo México fixou “parâmetro de custo” para os futuros empréstimos do Brasil.

Ao embarcar com destino a Washington, Pastore ressaltou que, por enquanto, o País só dispõe de “sondagens muito preliminares” que impedem a defini-

ção das bases da fase 3 da renegociação. Porém, observou que a assembleia anual do FMI/Banco Mundial, até o final da próxima semana, reunirá os principais banqueiros internacionais, o que dará ao governo brasileiro condições de reunir elementos concretos para o lançamento da fase 3.

Exceto a redução do **spread**, o resultado da fase 3 da renegociação mexicana pouco contém de indicador para rolagem da dívida brasileira, a começar da necessidade do Brasil obter prazo de carência superior aos cinco anos já alcançados e ainda precisar de recursos novos. “O México não precisa de novos empréstimos em moeda e nem sustentar créditos comerciais e interbancários. Por isso, o modelo mexicano não é necessariamente o melhor para o caso brasileiro” — argumentou Pastore.

Affonso Celso Pastore,

negou com veemência a necessidade do Brasil negociar metas da sexta carta de intenções do País ao Fundo Monetário Internacional, antes mesmo da entrega do documento ao diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, na próxima semana. Embora a inflação mensal continue a superar as projeções, Pastore garantiu que nem os tetos do déficit público nominal — Cr\$ 44 bilhões para setembro e Cr\$ 66 bilhões para dezembro — serão renegociados no encontro que terá amanhã, juntamente com o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, com Larosière.

“Não tem nada disso. Desconheço e não sei de onde veio a notícia. Vou participar da assembleia anual do FMI e, nem antes e nem depois, tratarei de renegociar metas” — reiterou o presidente do Banco Central. No cronograma de desembolso de recursos do fi-

nanciamento ampliado do FMI, o Brasil já assegurou o saque de US\$ 390 milhões este mês e não teria razão para renegociar metas da sexta carta de intenções antes de novembro, quando da vinda da economista do FMI, Ana Maria Jul.

O saque de setembro decorreu do cumprimento das metas para o final de junho, contidas na quinta carta de intenções. Em agosto, o **staff** do FMI, chefiado pelo chefe da divisão do Atlântico, Thomas Reichmann, conferiu os indicadores de junho e negociou com as autoridades brasileiras metas para o terceiro trimestre e o final do ano. Mas qualquer desvio no fechamento deste mês só terá implicação no desembolso do financiamento ampliado previsto para dezembro e, no mês anterior, o Brasil pode renegociar com Jul a revisão das metas do déficit público e de expansão monetária.